



Congresso analisa lei orçamentária e sessão que afastou João Goulart

Decisão de declarar vaga a Presidência da República em 1964 será reavaliada amanhã, quando também serão examinados seis vetos a projetos aprovados

Além da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 e de seis vetos presidenciais a projetos aprovados, senadores e deputados vão votar amanhã, em sessão conjunta, a anulação da sessão do Congresso que declarou vaga a presidência da República em 1º de abril de 1964 — fato que afastou João Goulart do cargo e abriu caminho para a instalação da ditadura militar no país.

O texto para a lei orçamentária foi adaptado à proposta de emenda à Constituição que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares.

Entre os vetos mais discutidos, está o da permissão para que agentes prisionais portem arma fora de serviço. **3**

Minirreforma eleitoral volta à pauta sob polêmica **4**

Comissão examina unificação das polícias **7**



Jane de Araújo/Agência Senado

Brasil presta honras de Estado a ex-presidente

A presidente Dilma Rousseff, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e três ex-presidentes da República — Fernando Collor, José

Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva —, acompanhados da viúva, Maria Thereza Goulart, lideraram as homenagens ao ex-presidente

João Goulart, deposto pelos militares em 1964. Os restos mortais chegaram à Base Aérea de Brasília na manhã de quinta-feira

e seguiram para exames e retirada de amostras, como parte do esforço para determinar a real causa da morte de Jango. **2**

Ministro da Justiça falará sobre terras indígenas **6**

Mortalidade materna ainda é problema sério no país **5**

Imigrantes haitianos vivem em extrema pobreza **8**

Medida provisória altera regras tributárias **3**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Regulamentação da profissão de vaqueiro



Um reconhecimento a quem sempre ajudou a conduzir o Brasil

O Congresso aprovou a lei que regulamenta a profissão conhecida como vaqueiro, peão, boiadeiro ou tropeiro, dependendo da região do país. A partir de agora, a atividade passa a ter direitos trabalhistas e previdenciários.

É o Parlamento reconhecendo a importância de um ofício que faz parte da história e da cultura do Brasil.

saiba mais em:
www.senado.leg.br



June de Araújo/Agência Senado



Ao lado de Renan, senadores, ministros e ex-presidentes, Dilma entrega à viúva de Jango bandeira que cobriu o caixão

Senadores participam de homenagem a João Goulart

Restos mortais do ex-presidente deposto pela ditadura chegaram a Brasília na manhã de quinta-feira e foram recebidos com honras de chefe de Estado pelos presidentes da República e do Senado

OS RESTOS MORTAIS do ex-presidente João Goulart chegaram na manhã de quinta-feira à Base Aérea de Brasília, onde foram recebidos com honras de chefe de Estado, em cerimônia com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Collor e José Sarney, do presidente do Senado, Renan Calheiros, de vários senadores, deputados e ministros, e da viúva de Jango, Maria Thereza Goulart.

Na Base Aérea, a urna foi recebida com uma salva de tiros e a execução do Hino Nacional. De lá, foi conduzida ao Instituto Nacional de Criminalística (INC), onde serão feitas coletas para a realização de exames, inclusive antropológico e de DNA.

— Isso [exumação] é fundamental para a recomposição da verdade histórica. O próximo passo é o Congresso Nacional anular a triste sessão de 1º de abril de 1964, que declarou vaga a Presidência da República. Já obtivemos o compromisso dos líderes e do presidente do Senado e tenho certeza de que assim o faremos, aprovando o projeto de resolução que restaura a justiça — afirmou Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Na sessão a que o parlamentar se referiu, o Congresso declarou vaga a presidência, apesar de o presidente Jango estar em território nacional, no Rio Grande do Sul, em local conhecido. A sessão serviu para legitimar a subida dos militares ao poder.

Renan foi um dos 27

senadores que assinaram o projeto de resolução que anula a sessão, que considera “uma questão de justiça”. Ele propôs aos líderes que o texto seja votado amanhã diretamente pelo Plenário do Congresso, para acelerar a aprovação.

Para Randolfe, comprovado o assassinato de Jango, fica claro que as ditaduras latino-americanas se uniram para aniquilar lideranças políticas. — O que está sendo exumado não é só o ex-presidente, mas as entranhas de um período da história que não pode se repetir — afirmou.

Também participaram Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Braga (PMDB-AM), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Acir Gurgacz (PDT-RO), José Pimentel (PT-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Tumulto marcou sessão que afastou Jango

Tumulto, vaias e aplausos marcaram a sessão do Congresso Nacional que, na madrugada de 2 de abril de 1964, declarou a vacância do cargo ocupado pelo então presidente João Goulart.

A sessão começou na noite de 1º de abril, por convocação do presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade. Mesmo sob

contestações, ele prosseguiu no ritual que culminou na declaração de vacância. Antes, determinou a leitura de comunicado do então chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, que informou que Goulart estava no Rio Grande do Sul “em pleno exercício de seus poderes constitucionais”.

Mas Moura Andrade disse que o presidente havia deixado

“a nação acéfala numa hora gravíssima em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo”. Considerou o cargo vago e declarou presidente Ranieri Mazzilli — que presidia a Câmara —, dando suporte institucional ao golpe de Estado. Duas semanas depois, o Congresso elegeu o marechal Castelo Branco.

Viana espera esclarecimento sobre morte do ex-presidente

Jorge Viana (PT-AC), em discurso na quinta-feira, classificou como ocasião histórica de afirmação da democracia brasileira a cerimônia na qual os restos mortais do presidente João Goulart foram recebidos em Brasília. O parlamentar sublinhou o dever do Estado de acertar as contas com a história e contribuir para o esclarecimento sobre a morte de Jango.

— Há muitas suspeitas sobre a possibilidade de um envenenamento. Cabe às autoridades o esclarecimento dessa dúvida — opinou.

Cristovam relata emoção na cerimônia de recepção

A recepção, na Base Aérea de Brasília, dos restos mortais do ex-presidente da República João Goulart foi carregada de grande emoção, relatou em Plenário Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador disse que a cerimônia o levou a uma reflexão sobre como foi possível que acontecesse o golpe de 1964 e o regime militar, que durou até 1985. Segundo Cristovam, há uma explicação: a fragilidade de instituições democráticas, que se coligaram com os interesses ditatoriais dos militares.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Jovem Senador

9h Sessão de posse e eleição da Mesa do Projeto Jovem Senador. Os senadores comemoram, às 11h, em sessão especial, os 155 anos da Polícia Militar de Goiás. Às 16h, a sessão é não deliberativa.

CDH TVs comunitárias

10h Audiência pública interativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discute a criação do Canal da Cidadania nas TVs comunitárias.

CÓDIGO COMERCIAL Relatório final

14h15 Votação do relatório final da comissão de juristas responsável pela modernização do Código Comercial.

TERÇA

CCT Faixa dos 700 Mhz

8h15 Audiência pública interativa sobre as consequências da destinação da faixa 700 megahertz, no Brasil, atualmente ocupada pela TV aberta, para serviços de banda larga móvel 4G. Participam os presidentes da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão, Daniel Slaviero, e da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, Olímpio José Franco.

CMA Obras inacabadas

8h30 Projeto que trata das obras públicas inacabadas pode ser examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

PRIMEIRA INFÂNCIA 6ª Semana

9h Abertura da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, promovida pelo Senado, no Auditório Petrólio Portella.

CAE Isenção para instrumentos

10h Entre os itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, está o projeto que institui o Plano de Custeio e o que prevê isenção de imposto sobre importação para instrumento musicais.

CE Fies

11h O projeto que dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) pelos estados e municípios consta da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SENADO DO FUTURO Democracia

14h Audiência debate a participação popular e o futuro da democracia. O presidente fundador da Associação Internacional para a Participação Pública, Jim Creighton, é o convidado para o debate.

CRE Acordos internacionais

14h30 Três projetos de acordos internacionais — com o Canadá, sobre previdência social; Polônia, sobre defesa; e Cingapura, sobre isenção de vistos — estão na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

CCJ Femicídio

14h30 Audiência para instruir o projeto que estabelece o feminicídio como crime de homicídio. Participa a ministra da Justiça da Costa Rica, Ana Isabel Garita.

CONGRESSO Vetos

19h30 Sessão conjunta do Congresso para apreciação de vetos presidenciais e créditos suplementares.

QUARTA

CI Ministro da Integração

7h30 O ministro da Integração, Francisco Teixeira, é o convidado da audiência pública sobre políticas, programas e ações da pasta, em especial os destinados à preparação para as secas. Logo após, análise de indicação para a Aneel.

CDR Semiárido

9h Audiência pública para debater a adoção de novas tecnologias produtivas para o semiárido nordestino. Participa o chefe-geral da Embrapa Semiárido, Nataniel Melo.

CAS Comissão sobre vendas

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que torna obrigatório o pagamento de comissão de pelo menos 4% sobre o valor das vendas efetivadas pelo empregado de empresa comercial.

CE/CDH/CAS Primeira Infância

10h Audiência sobre a 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Em debate, a contribuição dos profissionais da primeira infância na formação das crianças em situação de risco social.

CCJ Eleições

10h A comissão examina projeto que estabelece normas para as eleições a fim de viabilizar as sanções aplicadas às condutas vedadas aos agentes públicos.

REGULAMENTAÇÃO DE LEIS Terrorismo

13h Comissão de Consolidação das Leis e de Dispositivos Constitucionais analisa o relatório parcial sobre crime de terrorismo e as parcelas de caráter indenizatório que não serão computados para efeito de limite remuneratório.

SEGURANÇA PÚBLICA Polícia

14h30 A comissão que propõe soluções para o financiamento da segurança pública debate a estrutura da polícia brasileira. Foi convidada a presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, Martha Rocha.

QUINTA

CRE Integração elétrica

9h Ciclo de debates sobre as perspectivas da integração elétrica na América Latina, com o apoio do grupo de estudos do setor elétrico da UFRJ.

CAS Fundos de pensão

10h30 Para discutir a situação dos fundos de pensão, a Comissão de Assuntos Sociais ouve a presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, Cláudia Ricaldoni, entre outros.

SEXTA

CRE Serviço exterior

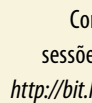
10h Audiência da Comissão de Relações Exteriores para instrução de projeto que dispõe sobre direitos dos auxiliares locais do serviço exterior brasileiro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado e Câmara fazem sessão conjunta para analisar projeto do Orçamento da União para 2014, vetos presidenciais e anulação da sessão que afastou Jango da presidência

Congresso examina Lei de Diretrizes Orçamentárias

O CONGRESSO SE reúne amanhã com extensa pauta de votações, que inclui o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013). O texto foi adaptado à PEC 22A/2000, que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares.

Na execução de programas com verba federal, a contrapartida mínima dos municípios de até 50 mil habitantes caiu de 2% do valor do convênio, previsto no projeto do Executivo, para 0,1%. A menor porcentagem para municípios com mais de 50 mil habitantes era de 8% e foi para 1% do total. Nos estados, a contrapartida foi de 10% para 2%. Em caso de convênios celebrados com a União por consórcios de estados e municípios, o percentual caiu de 2% para 0,1%.

O texto estabelece onde o governo pode usar o dinheiro se a proposta da lei orçamentária não for sancionada até o fim do ano. A versão da LDO enviada pelo Executivo estabelecia que o governo poderia liberar recursos para todas as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mesmo na ausência do Orçamento 2014.

A pauta inclui, ainda, seis



Senadores e deputados votarão também seis vetos a projetos aprovados

vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pelo Congresso (Vetos 38/2013, 39/2013, 40/2013, 41/2013, 42/2013 e 43/2013). Entre os vetos mais discutidos, está o da permissão para que agentes prisionais portassem arma fora de serviço. A expectativa é de que o veto seja mantido, já que o Executivo enviou proposta de regulação.

Outro dispositivo vetado foi um artigo do projeto que deu origem à regulamentação da profissão de vaqueiro. Previa a contratação de seguro de vida e de acidentes de trabalho. No veto, Dilma alegou que a obrigatoriedade do seguro não leva em conta a realidade econômica do setor, em especial dos pequenos produtores.

O Congresso deve examinar também projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que anula a sessão do Congresso que, em 1º de abril de 1964, declarou vaga a Presidência da República quando o presidente João Goulart estava no Rio Grande do Sul, abrindo caminho para a ditadura militar. Um dos signatários, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), explicou que a aprovação da proposta retirará o "ar de legalidade" do golpe de 1964. Após o apelo de parlamentares, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu apoio para agilizar a votação. Randolfe disse que parentes de João Goulart disseram que participarão da sessão do Congresso.

(Com Agência Câmara)

Vetos na pauta de votações

Nº DO VETO	ITENS VETADOS	MOTIVO DO VETO
Veto Total 38/2013	PLS 370/2007, que regulamenta a profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados.	O projeto viola a Constituição ao impor restrições ao exercício profissional sem que haja risco de dano à sociedade. Outro argumento é que a criação de conselhos profissionais teria de ser proposta pelo presidente da República.
Veto Parcial 39/2013	Artigos 9º, 10º e 11, além de dispositivos alterados em diferentes leis pelo artigo 1º do PLV 18/2013, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.	Inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Entre as alegações, está o prejuízo aos princípios da isonomia e da impessoalidade. Outros objetivos são manter o limite de 30 horas para pró-labore a professores de dedicação exclusiva.
Veto Parcial 40/2013	Artigos 19, 28, 35, 36 e 37 do PLV 21/2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica a produtores da safra 2011–2012 de cana-de-açúcar e de etanol e trata de vários outros temas.	Centralização da manipulação de receitas geraria necessidade de medidas que garantissem a qualidade dos medicamentos. Porte de armas para agentes prisionais fora de serviço deve ser acompanhada de precauções legais. Os outros três artigos vetados, segundo o Executivo, violariam a liberdade de associação ao impor limites às associações de fornecedores de cana-de-açúcar.
Veto Parcial 41/2013	Artigo 3º do PLS 294/2001, que regula a profissão de árbitro de futebol.	Imposição de restrições ao exercício profissional só seria cabível se houvesse risco de dano à sociedade.
Veto Parcial 42/2013	Incisos IV do artigo 3º e II do artigo 5º do PLC 40/2013, que dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico.	Correção anual do preço das apostas poderia gerar pressão por reajuste, contribuindo para o aumento da inflação. O outro dispositivo vetado poderia ferir o princípio da segurança jurídica.
Veto Parcial 43/2013	Parágrafo único do artigo 4º do PLC 83/2011, que dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.	Contratação obrigatória do seguro de vida e de acidentes não levou em consideração a realidade econômica do setor, em especial a dos pequenos produtores. A consequência, segundo a justificativa do veto, poderia ser a redução da contratação de vaqueiros, com o enfraquecimento da categoria e o desemprego.

Wellington espera manutenção de vetos



Wellington Dias/Agência Senado

O líder do bloco de apoio ao governo, Wellington Dias (PT-PI), se mostrou confiante na manutenção dos vetos que devem ser votados amanhã pelo Congresso. Como o

veto da presidente ao projeto do Ato Médico, tema mais polêmico, ficou para dezembro, a expectativa do senador é de uma votação tranquila.

— A tendência natural é da manutenção dos vetos feitos. São vetos que tiveram, de verdade, amparo na Constituição, e portanto, deverão ser mantidos — explicou o líder, que classificou os vetos como "simples".

Seis vetos estão na pauta (Vetos 38/2013, 39/2013, 40/2013, 41/2013, 42/2013 e 43/2013). Entre os que geraram mais discussão, está o da permissão para que agentes prisionais portassem arma fora de serviço.

Para Wellington, o fato de o Congresso estar se reunindo todos os meses para votar vetos presidenciais gerou um amadurecimento. Prova disso é a redução, depois do início do procedimento, no número de vetos apreciados a cada sessão. Na primeira sessão, lembrou o senador, foram votados 150 vetos, número que caiu para 6 na pauta da próxima votação.

Dilma veta projeto sobre a criação de municípios



Dilma Rousseff/Agência Senado

A presidente Dilma Rousseff vetou o projeto de lei do Senado (PLS 98/2002 — Complementar) que regulamentava a criação de municípios. A proposta, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR, foto), foi aprovada no Senado em 16 de outubro.

Em despacho publicado quinta-feira no *Diário Oficial da União*, Dilma diz que a proposta contraria "o interesse público". O projeto foi devolvido ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, que submeterá a decisão aos parlamentares.

No texto, o Ministério da Fazenda pondera que a medida permitiria "a expansão expressiva do número de municípios no país, resultando em aumento de despesas com a manutenção de sua estrutura administrativa e representativa". O ministério argumentou ainda que o crescimento de despesas não seria acompanhado por receitas para cobrir os novos gastos.

Os técnicos da área econômica destacaram que o crescimento de municípios provocaria maior "pulverização" do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), prejudicando cidades menores e com mais dificuldade financeira. (Com Agência Câmara)

MP promove mudanças na legislação tributária

Foi lida pela Mesa do Senado, ao final da sessão de quinta-feira, a Medida Provisória (MP) 627/2013. A matéria promove diversas e profundas alterações na legislação tributária federal, como a extinção do chamado Regime Tributário de Transição (RTT), e mudanças no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), na Contribuição para o PIS-Pasep e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), entre outros.

Com a leitura, a MP foi recepcionada pelo Congresso e será encaminhada para análise inicial de comissão mista.

O RTT foi instituído pela Lei 11.941/2009, dispondo sobre a tributação dos lucros auferidos no exterior por pessoa jurídica e física residente ou domiciliada no Brasil.

A MP também altera a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Ou seja, a medida afeta pessoas físicas brasileiras que têm investimentos nos chamados paraísos fiscais, pois, na maioria desses casos, a pessoa física investe por meio de pessoa jurídica estrangeira.

Tomam posse hoje os 27 jovens senadores de 2013

Tomam posse hoje como jovens senadores os 27 vencedores do Concurso de Redação do Senado 2013.

Representando cada um dos estados e o Distrito Federal, os estudantes viverão por três dias o processo de discussão e elaboração das leis. Como parte das atividades, amanhã será lançada a exposição *Jovem Senador 2013*, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima.

O projeto visa ampliar o conhecimento sobre o Poder Legislativo. A cada ano é proposto um tema de redação, e os autores dos melhores textos se tornam jovens senadores.

Senado promove semana de valorização da 1ª infância

O Senado promove até quinta-feira a 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. A abertura do evento, iniciativa da Presidência da Casa, está prevista para amanhã, às 9h, no Auditório Petrônio Portella.

Organizado em parceria com as embaixadas da França e da Espanha, o encontro reunirá especialistas para discutir políticas públicas voltadas para crianças de até anos.

Na quarta-feira, três comissões da Casa — Educação, Direitos Humanos e Assuntos Sociais — debatem "A formação dos profissionais do cuidar e a construção da resiliência".

Destques apresentados por senadores ao texto alterado pelos deputados pretendem resgatar a proposta aprovada pelo Senado

Minirreforma eleitoral deverá gerar nova polêmica no Plenário

O PLENÁRIO DO Senado será palco de novo embate sobre a minirreforma eleitoral (PLS 441/2012). O projeto recebeu 11 destaques para votação em separado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quarta-feira. Dois deles — de Humberto Costa (PT-PE) e Pedro Taques (PDT-MT) — pretendem resgatar o texto aprovado pelo Senado, que proíbe a contratação remunerada de cabos eleitorais.

Ao analisar o substitutivo da Câmara, o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), decidiu acolher esse tipo de contratação. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Agripino (DEM-RN) criticaram a medida, classificada como “compra disfarçada de votos”. Raupp rejeitou os dois destaques, mas os considerou aptos — junto a outros oito — a serem discutidos no Plenário.

Outro destaque de Taques pretende derrubar mais uma alteração da Câmara: a possibilidade de parcelamento de multa eleitoral em até 60 meses. Ele avalia que isso mina o caráter punitivo da multa.

Taques e Humberto defenderam a manutenção da



Onze destaques para votação em separado foram apresentados quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça

suspensão de autorização para concessionário ou permissionário de serviço público fazer doação de campanha.

— Quem tende a se beneficiar de doações é quem já está no governo. Isso cria desigualdade em relação aos demais candidatos — disse Humberto.

Os senadores divergiram sobre a validade das regras para a eleição de 2014, já que a Constituição exige aprovação um ano antes do pleito. Raupp, Aloysio, Agripino e Sérgio Souza (PMDB-PR) acreditam que a vigência será imediata. Já Taques, Cássio Cunha Lima

(PSDB-PB) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) estão convencidos de que a minirreforma não valerá nas próximas eleições porque modifica dispositivos relativos ao processo eleitoral.

— É óbvio que [a proposta] fere o princípio constitucional da anualidade quando estabelece novas regras para cadastramento eleitoral — afirmou Cássio.

Para afastar divergências, Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu a exclusão de dispositivos que coloquem em dúvida a vigência imediata da minirreforma.

Em relação à amplitude do

projeto, alguns senadores, como Souza e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ponderaram que o Congresso aprovou “o possível para o momento”. Já Lídice da Mata (PSB-BA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) registraram a decepção — que seria, segundo ambos, compartilhada pela opinião pública — com o caráter restrito das mudanças.

— Vamos fazer mudanças insignificantes, que vão gerar dúvidas jurídicas no processo eleitoral e efeito mínimo sobre a transparência nas doações eleitorais — afirmou Lídice.

Cármem Lúcia apresenta relatório sobre gestão no TSE

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira, da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia, o relatório do período em que ela esteve à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — novembro de 2011 a novembro de 2013. O mandato se encerra amanhã, quando a ministra será substituída por Marco Aurélio.

Cármem Lúcia lembrou que, nas últimas eleições municipais, 483 mil candidatos disputaram nos 5.568 municípios brasileiros. Além de prestar contas, a ministra agradeceu o apoio do Congresso e salientou que “eleição não é barata, mas garante a democracia”.

Participaram da audiência Fernando Collor (PTB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), José Agripino (DEM-RN), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Valdir Raupp (PMDB-RO), além do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e dos deputados Renan Filho (PMDB-AL) e Mendonça Filho (DEM-PE).



Senador registrou a participação dos companheiros de partido nas Diretas Já

Suplicy diz que houve cerceamento de defesa de réus do mensalão

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou em Plenário, na quinta-feira, que não houve o pleno exercício do direito de defesa no julgamento da Ação Penal 470, do escândalo do mensalão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para o senador, companheiros de partido — José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoíno e João Paulo Cunha — foram condenados injustamente.

Na última quarta-feira, os ministros do STF decidiram pela aplicação imediata das penas relativas a diversos crimes nos casos em que a defesa não recorreu por meio de embargos infringentes.

— Pelo que pude perceber das palavras dos advogados dessas pessoas, não foi dada a devida oportunidade para que eles tivessem o pleno direito de defesa — disse.

No pronunciamento, Suplicy lembrou a participação dos petistas condenados na campanha das Diretas Já.



Lopes lembrou que a escolha de autoridades não é prerrogativa da Câmara dos Deputados

Eduardo Lopes defende voto secreto para análise de vetos e de autoridades

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu na quinta-feira o voto aberto para a cassação de mandatos e a manutenção do voto secreto para a escolha de autoridades e apreciação de vetos. Segundo o senador, a cobrança da “voz das ruas”, no seu entender, tem a ver com a questão da transparência somente em casos de cassação de mandatos.

Lopes assinalou que a cobrança ganhou mais força depois da manutenção do mandato do deputado Natan Donadon, condenado à prisão e à perda dos direitos políticos. Na sequência, continuou o parlamentar, a Câmara aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com o voto secreto nas Casas legislativas do país, inclusive em caso de escolha de autoridades.

— A Câmara dos Deputados não vota para escolha de autoridades. Isso não é prerrogativa da Câmara — argumentou Lopes.



Para Rollemberg, alcançar 49 votos no segundo turno de análise da proposta será uma “batalha”

Rollemberg quer que sociedade cobre a aprovação do voto aberto

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que a sociedade deve pressionar os senadores para que seja aprovada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com as votações secretas no Poder Legislativo. A PEC foi aprovada em primeiro turno na quarta-feira e a segunda fase de votação está marcada para amanhã.

— Confio que o Senado está sensível e à altura desse momento histórico brasileiro — afirmou.

Na visão do senador, o voto aberto no Parlamento representa um avanço para a sociedade democrática. Em discurso na quinta-feira, ele disse que a aprovação da proposta representará um grande passo na redução da “distância enorme” que existe hoje entre os representantes e os representados. Reconhece, porém, que será uma “ádua batalha” a conquista de 49 votos para que a PEC seja aprovada em definitivo.

ILB/Interlegis oferece às Casas legislativas oficinas para internet

Entre 18 e 22 de novembro, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis) promove novas oficinas para a capacitação de vereadores e servidores das câmaras municipais e assembleias estaduais. Serão ministrados em Brasília cursos sobre dois produtos oferecidos gratuitamente: o Portal Modelo para internet e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. As novas oficinas terão curso presencial completo, destinado a funcionários de câmaras de todo o país, com foco no cumprimento das Leis de Transparência e de Acesso à Informação. Os monitores serão servidores do Interlegis/ILB.

Na primeira etapa, os instrutores vão capacitar os servidores para administrar o portal de internet das respectivas Casas. O Portal Modelo é uma ferramenta que não requer grandes conhecimentos técnicos e pode ser adaptada à realidade e às necessidades de cada câmara. Na segunda etapa, os instrutores vão tirar dúvidas sobre o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, que possibilita a informatização dos processos das Casas legislativas. Os participantes terão ainda curso presencial sobre o uso de redes sociais no Legislativo.

Especialistas cobram medidas para reduzir mortalidade materna

Em audiência pública, debatedores ressaltaram a persistência da mortalidade materna como problema de saúde pública no Brasil

ONZE ANOS DEPOIS da morte da gestante Alyne da Silva Pimentel Teixeira por falhas na assistência prestada pela rede pública de saúde no Rio de Janeiro e dois anos após o Estado brasileiro ter sido responsabilizado pelo caso por órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), ainda é precário o atendimento às gestantes no Brasil.

A conclusão é de especialistas que participaram, na quinta-feira, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que discutiu a implementação das recomendações da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), vinculada à ONU, feitas no caso Alyne Teixeira (veja matéria abaixo). O caso se tornou a primeira condenação internacional do órgão por morte materna evitável, conforme ressaltou a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES).

— É um caso emblemático, uma referência para discutirmos outras situações semelhantes. Apesar da redução do óbito materno no Brasil nas últimas décadas, a mortalidade materna persiste como sério



Ana Rita (2ª à dir.) preside audiência pública sobre a falta de medidas para combater a mortalidade materna no país

problema de saúde pública no país — frisou a senadora.

Beatriz Galli, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apelou aos governantes por medidas concretas.

Ela apresentou conclusões de levantamentos feitos, no início do ano, nas unidades de atendimento a gestantes nos municípios da Baixada Fluminense envolvidas no caso Alyne, que indicam o não cumprimento de recomendações de melhoria dos serviços. Conforme observou, persistem problemas de infraestrutura, instalações insalubres, número insuficiente de médicos,

carências de vagas nas UTIs e falta de ambulâncias.

Reparação

Os procuradores Rodrigo da Costa Lines, de São João de Meriti (RJ), e Flávia Piovesan, do estado de São Paulo, também apontaram urgente necessidade de cumprimento das recomendações da Cedaw. Eles consideraram injustificável que a família de Alyne ainda não tenha sido indenizada e disseram haver um “jogo de empurra” entre a União, os municípios envolvidos e o governo estadual.

— Implementar integral-

mente a decisão internacional é uma exigência jurídica decorrentes dos tratados firmados. Não há desculpa — frisou Flávia Piovesan.

Buscando agilizar o cumprimento das recomendações, Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento para que os apelos feitos durante o debate sejam enviados aos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo; de Direitos Humanos, Maria do Rosário; e da Saúde, Alexandre Padilha; ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e aos secretários de Saúde dos municípios envolvidos.

Caso de Alyne Teixeira gerou reação internacional

Alyne da Silva Pimentel Teixeira era negra, tinha 28 anos e estava no sexto mês da segunda gestação. Ela morreu em 16 de novembro de 2002, em decorrência de hemorragia resultante do parto do feto

morto após uma sucessão de atentamentos inadequados na rede pública de Belford Roxo (RJ).

O caso foi apresentado à Cedaw, instituição ligada à ONU, pela mãe de Alyne, Maria de

Lourdes da Silva Pimentel. Em 2011, a Cedaw responsabilizou o Estado brasileiro por não cumprir o papel de prestar o atendimento médico adequado desde o início das complicações na gravidez de

Alyne. O órgão determinou que o Estado brasileiro indenizasse a família e apresentou recomendações a serem adotadas no serviço público de saúde para melhorias no atendimento de gestantes.

TVs comunitárias são tema de audiência

A criação do Canal da Cidadania digital é o tema da audiência pública interativa que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) realiza hoje às 10h. O público poderá participar da reunião por meio do Portal e-Cidadania (bit.ly/CDHCanalCidadania) e do Alô Senado (0800 612211).

A audiência foi pedida por Ana Rita (PT-ES) com o objetivo de avaliar a situação das TVs comunitárias nos municípios que estão implementando o Canal da Cidadania, que integra o conjunto de canais utilizados por órgãos da administração pública dentro do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD).

O Canal da Cidadania fará uso da multiprogramação

oferecida pela TV digital, com faixas de conteúdo para os Poderes municipais e estaduais e para associações comunitárias responsáveis por veicular programação local.

Segundo o Ministério das Comunicações, mais de cem municípios já entraram com pedidos de outorga. De acordo com o jornalista Paulo Miranda, presidente Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), a audiência da Comissão de Direitos Humanos deve ajudar também na divulgação junto aos prefeitos para que eles solicitem o Canal da Cidadania, um direito de cada um dos mais de 5 mil municípios brasileiros.

— Se os prefeitos não pedirem, suas cidades ficarão

sem o Canal da Cidadania e sem as TVs comunitárias — alertou Miranda.

Foram convidados também o diretor da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações Octavio Pieranti; o presidente da União dos Vereadores do Brasil, Gilson Conzatti; e o presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Nelson Breve.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ **Tempo real:**
<http://bit.ly/CDHCanalCidadania>

▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)

▶ **Taquigrafia:**
<http://bit.ly/notasCanalCidadania>

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Raupp elogia decreto que permite migração de rádios AM para FM

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou na quinta-feira o decreto presidencial que permite a migração das emissoras de rádio AM para FM.

— As rádios que operam na frequência AM e quiserem migrar para FM poderão operar nas duas faixas por até cinco anos. Além disso, as quase 2 mil emissoras AM terão um ano para decidir se mudam de frequência — explicou. O senador ainda parabenizou os radialistas brasileiros pela passagem do Dia do Radialista, em 7 de novembro.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Davim comemora consórcios para contratar médicos

Paulo Davim (PV-RN) disse na quinta-feira que a PEC 46/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), é a solução para a carência de médicos nas periferias e regiões mais distantes. A PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto estabelece que lei específica deverá disciplinar a criação de consórcios públicos destinados a contratar médicos, pelas leis trabalhistas, para atuar exclusivamente na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), com criação de uma carreira nacional.



Waldemir Barrato/Agência Senado



Iniciativa de Ana Amélia, aprovada em outubro, virou lei quinta-feira

Medicamento em casa contra o câncer entra em vigor em 180 dias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou na quinta-feira a sanção, sem vetos, da lei que obriga planos e seguros de saúde a incluir mais 87 procedimentos obrigatórios na lista de atendimento aos pacientes, entre eles 37 medicamentos contra o câncer.

O projeto, de Ana Amélia (PP-RS), foi aprovado em outubro pelo Senado, mês em que a campanha Outubro Rosa chamou a atenção para o combate ao câncer de mama.

A nova legislação, que entra em vigor em 180 dias, prevê a cobertura de quimioterapia domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos. Até o momento, a legislação excluía da cobertura dos seguros o fornecimento de medicamentos para tratamento em casa. A Agência Nacional de Saúde Suplementar já tinha adotado portaria nesse sentido.

Para Renan, a lei fecha brechas de interpretação legal.

— Agora, deixa de ser uma possibilidade e passa a ser um direito do usuário do plano de saúde a um tratamento mais digno — comemorou.

Terras indígenas: ministro da Justiça fala sobre o tema

José Eduardo Cardozo foi convocado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para explicar como serão feitas as demarcações e quais as medidas tomadas para solucionar as disputas por terras

O PRESIDENTE DA Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Benedito de Lira (PP-AL), confirmou a vinda do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na quinta-feira, para participar de audiência pública sobre conflitos por terras envolvendo índios e produtores rurais. Cardozo foi convocado por ter deixado de comparecer a três reuniões da CRA para as quais havia sido convidado. Também participará da reunião o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, convidado pela comissão.

Supremo

A expectativa dos senadores é de que Cardozo também possa explicar como o governo fará as demarcações de terras indígenas a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação à Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Na interpretação de Waldemir Moka (PMDB-MS), ainda que o STF não tenha estendido as regras da Raposa Serra do Sol para todas as outras reservas, a decisão é clara e impede que reservas já existentes tenham a área ampliada sem que o governo compre as propriedades privadas a serem usadas. Para o senador, deve valer para todo o país o argumento do



Waldemir Moka e Benedito de Lira pedem soluções urgentes para o problema

STF de que, em 1988, com a promulgação da Constituição federal, as terras da Raposa Serra do Sol eram ocupadas por indígenas e os arroteiros, que chegaram depois, deveriam sair.

— O inverso também é verdadeiro. As terras onde não tinha índio em 1988 são dos produtores que lá viviam — argumentou Moka.

Casa Civil

Para ajudar na discussão, a CRA aguarda informações da Casa Civil sobre o histórico da ocupação territorial e o uso das terras rurais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, que são foco recorrente de conflitos.

— Recomendei à secretaria da comissão para cobrar a Casa Civil, para que, no

próximo dia 21 nós já tenhamos esses dados. É de fundamental importância para nos dar maiores subsídios — disse Benedito de Lira.

Conflitos

Os conflitos no campo têm sido discutidos com frequência pela CRA. No último dia 7, os senadores cobraram da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati, soluções urgentes para a disputa entre agricultores e indígenas pela posse da terra. Os parlamentares também cobram do governo federal o cumprimento de compromissos que teriam sido assumidos, como o pagamento de indenizações a produtores que tiveram áreas desapropriadas para a formação de reserva indígena.



Índios da Raposa Serra do Sol, em Roraima: decisão do STF sobre demarcação da reserva será assunto da audiência

Projeto sobre homofobia evita confronto com religiosos

“Não entrar na polêmica da homofobia”. Essa foi a solução encontrada por Paulo Paim (PT-RS, foto) para fazer avançar o projeto de lei (PLC 122/2006) que criminaliza a discriminação por orientação sexual. Tramitando no Congresso há sete anos, a proposta, já votada na Câmara dos Deputados, originalmente conferia à homofobia tratamento análogo ao crime de racismo. No entanto, até hoje não foi possível aprová-la porque alguns parlamentares apontaram tentativa de



Gerardo Magalhães/Agência Senado

cercear a liberdade religiosa.

— Colocamos parágrafo que resguarda o respeito devido aos espaços religiosos quanto à manifestação de

afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público — explicou o relator na Comissão de Direitos Humanos.

Paim explicou que as condutas criminalizadas não tratarão da esfera da consciência, mas da convivência, definindo apenas comportamentos que impliquem lesão a direito alheio.

Senador volta a pedir extinção do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento na quinta-feira, ressaltou a mobilização dos sindicatos contra o fator previdenciário, lembrando que a lei impõe um redutor de salário dos mais pobres na aposentadoria. O senador disse esperar que uma negociação — com a participação da presidente Dilma Rousseff — leve a uma alternativa para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— [O fator previdenciário] é a lei mais hedionda que foi colocada no país pós-ditadura — protestou.

Paim também manifestou expectativa de que o Senado aprove o PLP 238/2013, que muda o indexador das dívidas estaduais e municipais com a União. Ele indagou por que a proposição ainda não foi votada, argumentando que o Executivo está disposto a negociar melhores condições para a rolagem das dívidas de estados e municípios.

Alvaro Dias acusa governo federal de discriminar o Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou em Plenário, na quinta-feira, certidão atualizada do Tribunal de Contas do Paraná para comprovar que o estado cumpre todas as obrigações relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O senador divulgou o documento para desmentir que o Paraná estaria descumprindo a LRF, boato que teria surgido em razão de a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ter atrasado a análise de pedido de autorização para a contratação, pelo governo



Waldemir Barreto/Agência Senado

estadual, de empréstimos no valor de R\$ 3,3 bilhões.

Alvaro Dias acusou o governo federal de discriminar o Paraná e sublinhou que a decisão da STN não prejudica

apenas o governador do Paraná, Beto Richa, nem o partido político, o PSDB, ao qual pertence, mas a toda a população do estado.

— O estado do Paraná vem cumprindo e superando suas metas de arrecadação tributária apesar da redução dos repasses tributários da União — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

As principais propostas para melhorias na segurança pública do Brasil tratam da desmilitarização da polícia militar e da criação de um fundo nacional para financiar o setor

Comissões analisam nova estrutura para as polícias

UM NOVO DESENHO para a segurança e um fundo específico para o setor são os objetivos de duas propostas de emendas constitucionais (PECs 51/2013 e 24/2012) que estão em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão Especial de Segurança Pública.

Na quarta-feira, a comissão especial retoma o trabalho de propor melhorias na segurança, em reunião com a presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, Martha Rocha, e o professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Michel Misse. As propostas têm que ser concluídas até fevereiro.

Apresentada por Lindbergh Farias (PT-RJ) e redigida com o ex-secretário de Segurança Pública do Ministério da Justiça Luiz Eduardo Soares, a PEC 51/2013 prevê a desmilitarização das polícias e transfere aos estados a responsabilidade de decidir como deve funcionar o



Capiberibe e Linbergh são autores de propostas para reformular a segurança

policimento. Outra novidade é o ciclo completo de investigação. A Constituição determina que as polícias civis têm as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais. Já os policiais militares cuidam do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública. A PEC estabelece que toda instituição policial deve ser ostensiva e investigativa.

A definição da polícia como instituição civil, com uso comedido e proporcional da força, também faz parte da

proposta. Além disso, a PEC dá às cidades o direito de criar polícias municipais e designa a União como a encarregada de estabelecer as diretrizes gerais.

Cada órgão policial deve criar mecanismos de transparência e de controle externos, e ouvidorias externas poderão decidir pela demissão dos profissionais. Propõe-se ainda uma carreira única por instituição policial, pois a duplicidade de carreiras é reconhecidamente causadora de conflitos internos e ineficiências.

Oficiais da PM são céticos sobre a unificação

Enquanto especialistas e autoridades foram unânimes em decretar a falência do sistema policial, o público presente ao debate na comissão especial, no dia 13, se dividia entre os que defendem e os que se mostram receosos em relação à unificação das polícias.

Para agentes e escrivães da Polícia Federal, a aprovação da PEC 51, apelada por eles de PEC da Paz, aproximará o aparato policial da sociedade, ao unificar as ações da PF, da polícia militar e da civil e colocar a prevenção ao crime e a investigação num “ciclo completo”. Oficiais da polícia militar duvidam que as instituições possam se juntar.

— Será como água e azeite — disse o coronel Francisco Niño, diretor de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal.

Niño não vê como conjugar estruturas salariais e culturas. Ele teme consequências como a formação de um contingente de 700 mil a 800 mil profissionais armados e com direito de fazer greve.

O coronel Marcos Matias, diretor de Especialização e Educação continuada da PM do Distrito Federal, citou a estruturação do poder como outra dificuldade:

— É preciso saber se uma das instituições vai ser absorvida pela outra ou se teremos uma nova instituição.

Os dois oficiais questionam a capacidade de o Estado bancar uma unificação que tem de levar, necessariamente, a aumentos salariais. Eles cobram uma mudança sistêmica, mesmo mantendo as forças policiais em compartimentos estanques, mais vagas nos

presídios e a separação dos presos segundo o crime que cometeram, além da prisão de menores.

Niño disse que a PM trabalha todos os dias da semana, recebe os salários mais baixos e está sobrecarregada por causa do grande número de criminosos soltos. A polícia civil, observa, funciona com uma estrutura distorcida pelo quadro de pessoal aquém do necessário, opção que garantiria salários mais altos, e tem a produtividade afetada por conta das escalas de 24 horas de trabalho por 72 de folga.

Niño e Matias reconhecem a insatisfação na base da PM por causa do Código Penal Militar e pela ausência do direito de greve. Hoje, um policial pode ser preso simplesmente por chegar atrasado no quartel ou questionar uma ordem.

Senadores veem clima maduro para consenso sobre a proposta

Em debate na comissão especial, quarta-feira, Lindbergh Farias disse que a PEC 51 é a base para a elaboração de um texto de consenso.

— Eu vejo um clima como nós nunca tivemos, maduro. Existe uma grande aceitação da desmilitarização da polícia militar. A sociedade sabe que tem que fazer alguma coisa. No Senado, há muitos ex-governadores que também concordam — disse.

Opinião semelhante tem o presidente da comissão especial, Pedro Taques (PDT-MT). O senador disse que ainda há muitas resistências e que é preciso buscar um pacto.

— A sensação de insegurança é muito forte e nós temos crimes que não são resolvidos. Precisamos de uma segurança pública que seja sinônimo de cidadania, de democracia, de concretização de políticas públicas.

Fundo para segurança viria de impostos da venda de armas

A PEC 24/2012, de João Capiberibe (PSB-AP) e relatada na CCJ por Aécio Neves (PSDB-MG), cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O objetivo é melhorar as atividades de segurança dos estados, com fontes de receita como a parte da arrecadação de impostos sobre a venda de armas e de material bélico.

Pelo texto, parte do imposto recolhido pelas empresas de

segurança privada deve ser destinado ao fundo, bem como a metade do que for apurado em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem ilegal e parte dos impostos pagos pelas instituições financeiras.

— Nós atribuímos 3% do lucro líquido dos bancos. Acho um desatino, mas vamos tentar. Os bancos, na verdade, precisam de segurança pública — disse Capiberibe..

Remuneração nas forças policiais

UF	POLÍCIA CIVIL		POLÍCIA MILITAR		POLÍCIA FEDERAL	
	Agente	Delegado	Soldado	Coronel	Agente	Delegado
AC	2.385,83	9.600,00	2.571,42	13.074,00	7.514,33	14.037,11
AL	2.071,81	12.593,95	2.446,07	11.580,79	(a remuneração é a mesma em nível nacional)	
AM	*	7.952,42	2.128,90	9.812,01		
AP	3.797,37	12.182,33	2.498,07	11.018,84		
BA	*	9.677,29	2.637,20	9.873,89		
CE	*	*	2.638,61	9.153,24		
DF	7.514,33	13.368,68	4.122,05	16.295,23		
ES	2.767,78	7.675,22	2.530,74	12.577,92		
GO	2.971,95	10.126,11	3.276,58	15.561,78		
MA	*	12.029,87	2.527,06	13.609,74		
MG	*	7.043,18	2.515,41	14.254,17		
MS	*	9.035,55	2.200,00	15.698,31		
MT	*	18.837,00	2.151,62	17.596,91		
PA	*	8.475,02	2.253,20	8.800,39		
PB	2.325,52	7.133,82	2.031,19	9.968,31		
PE	2.765,78	9.319,96	2.461,70	13.946,81		
PI	3.104,55	12.154,36	1.926,00	10.719,00		
PR	3.013,93	13.831,10	4.838,98	21.531,36		
RJ	*	15.715,38	2.284,93	15.166,79		
RN	*	*	*	*		
RO	3.926,74	15.473,91	3.109,00	12.369,84		
RR	3.266,59	9.699,91	2.520,69	10.699,44		
RS	*	7.094,98	1.375,71	7.928,15		
SC	2.271,54	7.614,37	3.806,63	15.000,89		
SE	4.359,01	10.732,42	2.705,78	14.421,51		
SP	2.278,06	6.709,32	3.023,29	13.306,70		
TO	*	*	*	*		

Observação: Todos os valores estão em reais e se referem à remuneração inicial bruta para as respectivas carreiras.

* Dados não disponíveis

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2013 e Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais, de Janeiro de 2013

Randolfe contesta redução de maioria

Uma saída mediadora para a redução da maioria penal — proposta por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e bem recebida pelo relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) — não conseguiu convencer Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) a mudar de opinião. Contrário à medida, Randolfe resolveu apresentar voto em separado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde defende a rejeição da proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2012) de iniciativa de Aloysio e das outras cinco



(PECs 20/1999; 90/2003; 74 e 83/2011; e 21/2013) que tramitam em conjunto.

Para Randolfe, a PEC 33/2012 é uma violação aos direitos e garantias individuais “manifestamente inconstitucional”.

“A idade da imputabilidade penal constitui direito fundamental do indivíduo previsto na Constituição como cláusula pétrea, já que o constituinte originário teve a preocupação de fixar, expressamente, seu termo aos 18 anos de idade”, sustenta o senador no voto em separado.

Ferraço defende flexibilização

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu o relatório favorável que apresentou à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que permite punir, com penas equivalentes às dos adultos, jovens entre 16 e 18 anos que houverem cometido crimes como tortura, terrorismo, tráfico de drogas e crimes hediondos ou ainda quando reincidirem em crimes de lesão corporal grave ou roubo qualificado.

A punição só poderia ser pedida pelo Ministério Público especializado e decidida apenas por juízes das varas da Infância e Juventude. A pena seria cumprida em prisões especiais, sem contato com condenados adultos.

Para Ferraço, a proposta é o “caminho do equilíbrio e da razoabilidade” entre os que defendem a redução geral da maioria penal e os que querem mantê-la em 18 anos.

Situação dos imigrantes haitianos mobiliza Senado

Membros da Comissão de Relações Exteriores planejam viagem ao Acre para acompanhar de perto a crise humanitária vivida pelos refugiados do Haiti, que vivem em situação de extrema pobreza

UMA COMISSÃO EXTERNA de senadores deverá viajar ao Acre em breve para acompanhar a difícil situação dos imigrantes vindos do Haiti. A constituição do grupo foi anunciada na quinta-feira pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

— Esta comissão está acompanhando atentamente o desenrolar da situação, que no momento afeta, em especial, o estado do Acre. Estamos, inclusive, preparados para constituir comissão externa de parlamentares para ir ao Acre verificar in loco a dramática crise humanitária vivida por esses imigrantes ao entrar no Brasil — afirmou o senador.

Em recente visita ao Peru, país que se encontra na rota de viagem dos haitianos ao Brasil, a presidente Dilma



Haitianos em Brasileia (AC): senadores devem ir ao estado verificar condições

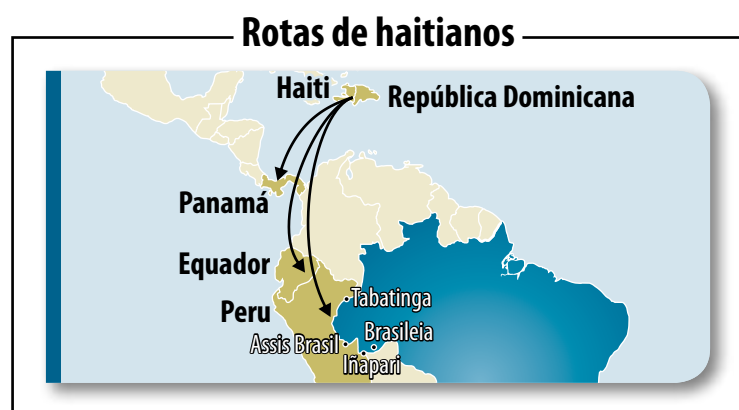
Rousseff disse que o presidente Ollanta Humala e ela estão dispostos a “cooperar para combater a ação ilegal de redes de traficantes de pessoas”, especialmente aquelas que atingem imigrantes haitianos a caminho do Brasil.

O senador lembrou que, entre janeiro de 2012 e julho de 2013, o governo brasileiro concedeu 3.329 vistos

humanitários a cidadãos haitianos, uma média de 175 por mês, superior ao limite de 100 vistos mensais que vigorou até abril de 2013.

— Apesar das louváveis gestões do governo brasileiro para regularizar a situação dos imigrantes haitianos de forma cada vez mais diligente, parece-nos faltar uma política pública de integração dessas pessoas à realidade brasileira, pois muitos haitianos continuam vivendo em situação de extrema pobreza no Brasil, em cortiços e favelas — lamentou Ferraço.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiou a iniciativa do presidente da comissão e pediu que a comissão externa visite a cidade de Tabatinga (AM), que também tem recebido muitos haitianos.



Reunião da OMC em Bali pode ser suspensa

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) alertou, na quinta-feira, para o risco de adiamento da reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Bali, Indonésia, caso até o

fim de semana os governos não tenham revisto posições para um amplo acordo internacional de comércio. Segundo o senador, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, está

analisando a possibilidade de adiamento da reunião. Sem um acordo, alertou o presidente da CRE, dificilmente haverá condições de se manter a Rodada Doha da OMC.

Ruben Figueiró questiona perspectivas do Mercosul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou na quinta-feira, em Plenário, que está desiludido com o Mercosul. Ele apontou a fragilidade e a falta de perspectiva do bloco. O senador lembrou que o Mercosul foi criado no início da década de 90 para fortalecer o comércio entre os países membros e integrar a região, mas pouco disso tem se visto nos últimos anos.

O senador citou o artigo “Mercosul na encruzilhada”, do embaixador Rubens Barbosa, publicado no dia 10 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. No artigo, o embaixador aconselha o Brasil a assumir a liderança do bloco e diz que a agonia do Mercosul começou com a politização dele, evidenciada em decisões ideológicas — quando o caráter das escolhas deveria ser econômico.

— Não precisa ser um grande especialista para perceber que essa politização tem prejudicado enormemente o objetivo final do Mercosul — disse Figueiró.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Paim solidariza-se com ministra francesa

Em discurso na quinta-feira, Paulo Paim (PT-RS) apresentou voto de solidariedade, em seu nome e em nome da Comissão de Direitos Humanos (CDH), à ministra da Justiça da França, Christiane Taubira, que é negra. O senador observou que a ministra francesa vem sendo alvo de injúrias, ameaças e atos racistas em virtude da defesa dos direitos humanos e da lei que proíbe qualquer tipo de discriminação naquele país.

— Um tribunal de Paris vai abrir um inquérito contra uma revista, que cometeu crime de racismo contra a ministra, inclusive com injúrias públicas. O semanário *Minute* compara a ministra da Justiça, Christiane Taubira, a uma macaca. A investigação foi entregue à Polícia Judiciária de Paris — informou.

Paim declarou também solidariedade às propostas da ministra francesa, entre elas o incentivo a penas alternativas com intuito de diminuir a população carcerária e o combate a preconceitos.

Comissão quer colaborar em livro sobre política externa

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), elogiou a iniciativa do ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, de dar início à elaboração do *Livro Branco da Política Externa Brasileira*. Ao abrir ontem a reunião da CRE, o senador adiantou que a comissão está à disposição do ministério para colaborar na elaboração do texto.

Segundo Ferraço, o estudo está em fase inicial. Provavelmente em janeiro, informou, deverá estar disponível um texto preliminar, que sirva para orientar uma discussão “mais profunda e ampla” do tema. A partir desse momento, previu o senador, o Itamaraty dará início a um diálogo com o Congresso, a sociedade civil e as universidades, em busca de subsídios externos para a consolidação das diretrizes da política externa brasileira.

— Trata-se, a meu ver, de projeto muito relevante para o país, a exemplo do que ocorreu na elaboração, pelo Ministério da Defesa, do *Livro Branco da Defesa*, aprovado pelo Congresso neste ano, e que representou instrumento importante de fortalecimento da confiança, da segurança e de transparência, gerando efeitos até para os países

vizinhos no continente sul-americano — disse Ferraço.

Ainda em novembro, como informou o senador, o ministro de Relações Exteriores deverá comparecer a uma audiência pública da CRE, para dar início a um amplo debate sobre a política externa do país. O *Livro Branco da Política Externa Brasileira*, a seu ver, poderá estabelecer diretrizes de Estado para o relacionamento do Brasil com os demais países ao longo dos próximos anos.

Perspectivas

Ao apoiar a iniciativa, Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que o debate leve em conta as perspectivas da política externa brasileira nos próximos 20 ou 30 anos. Entre os temas que ele gostaria de ver abordados, estão as relações com a União Europeia, a criação do Bloco do Pacífico e as relações do Brasil com os países vizinhos e com a África.

— Precisamos discutir como será a nossa inserção internacional nos próximos anos — afirmou.

Ao final da reunião, Ferraço informou que, por falta de quórum, não seriam colocados em votação os três acordos internacionais e um projeto de lei que estavam na pauta.



Presidente da CRE, Ferraço quer ajudar no Livro Branco da Política Externa

Casildo cobra liderança do Brasil em energia renovável

Os benefícios econômicos e ambientais da substituição das fontes energéticas não renováveis foram destacados ontem por Casildo Maldaner (PMDB-SC). O senador cobrou maior participação do poder público no incentivo aos biocombustíveis. Na avaliação dele, esse setor da economia garantirá, além de sustentabilidade, muitas conquistas sociais.

— O Brasil alcançou uma posição almejada por muitos países que buscam fontes renováveis de energia como alternativas estratégicas ao petróleo. Ainda podemos avançar e assumir a liderança.

Casildo lamentou os efeitos negativos da importação de combustíveis para a balança comercial, frisando que o biodiesel apresenta ociosidade média acima de 60%. O senador elogiou várias iniciativas de incentivo à energia sustentável, como a legislação que impõe aumento gradual da mistura de biodiesel ao combustível fóssil e a decisão da empresa aérea Gol de usar bioquerosene em voos comerciais.



Waldemir Borretto/Agência Senado